



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

CALENDÁRIO

“PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2023”

Data	Entidades	Atividade	Local
3 de outubro de 2022	Governo	Submissão da proposta de lei de Orçamento Geral do Estado para 2023 (PPL de OGE 2023) e respetivos livros orçamentais ao Parlamento Nacional.	
4 de outubro	Sua Excelência o Presidente do PN	Admissão da PPL de OGE 2023, tendo como referência a nota técnica preparada pelos serviços do PN, se existir. Remessa da PPL a todas as comissões especializadas permanentes para emissão de parecer setorial e à Comissão C para Relatório e Parecer, nos prazos regimentais	
5 de outubro	Todas as Comissões Especializadas Permanentes	Início da contagem de 15 dias para aprovação dos pareceres setoriais e seu envio à Comissão C para consolidação	
10 a 18 de outubro	Todas as Comissões	Audições Públicas	Salas a definir
20 de outubro	Todas as Comissões	Data-limite para o envio de todos os pareceres setoriais à Comissão C	
21 a 26 de outubro	Comissão C	Elaboração da conciliação de todos os Relatórios setoriais com o Relatório e Parecer da Comissão C	Sala de reuniões da Comissão C
27 de outubro	Comissão C	Leitura e aprovação do Relatório e Parecer da Comissão C sobre a PPL de OGE 2023	Sala de reuniões da Comissão C
7 a 9 de novembro	Plenário do PN	Debate e votação na generalidade da PPL de OGE 2023, pelo Plenário do PN	Sala do Plenário
10 a 17 de novembro	Plenário	Debate e votação na especialidade e final global da PPL de OGE 2023, pelo Plenário do PN	Sala do Plenário
18 de novembro	Comissão C	Aprovação final global do Decreto do PN que aprova o OGE para 2023	Sala do Plenário
21 de novembro	Sua Excelência o Presidente do PN	Redação Final do Decreto-Lei do PN que aprovou o OGE2023	Sala de Conferências
22 de novembro	Sua Excelência o Presidente do PN	Envio da Redação Final do Decreto-Lei do PN que aprovou o OGE2023 para o Presidente da República para Promulgação	

Parlamento Nacional, em 4 de outubro de 2022

A Presidente da Comissão de Finanças Públicas

Deputada Maria Angélica R. da C. dos Reis